



**XII SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSO CIVILIZADOR**

10, 11, 12 e 13 de novembro de 2009

RECIFE/BRASIL

Civilização e Contemporaneidade

CIVILIZAR PARA CARNAVALIZAR: PROPOSTAS DE UM CARNAVAL MODERNO EM PERNAMBUCO (1935-1985)

Francisco Mateus C. Vidal
UFPE
CNPQ
xicomateus83@hotmail.com

Emanuelle Lins de Andrade
UFPE
Facepe
emanuellelins@hotmail.com

Resumo: A cada governo que se estabeleceu no poder, uma nova identidade cultural precisou ser concebida no sentido de criar a identificação entre a população e os grupos políticos dominantes. Em Pernambuco, o carnaval foi de apropriado pelas elites políticas, grupos empresariais e sociedades letradas, como objeto instrumentalizador de uma identidade local/nacional nascente. Nos anos subsequentes a 1937, o controle sobre as manifestações populares para integrar a nova proposta de identidade do governo foi excessivo. As autoridades criaram mecanismos de manutenção da ordem, utilizando-se do aparato policial, de sociedades mediadoras dos interesses populares e da própria estrutura dos brinquedos de rua.

Palavras-chave: Poder, Identidade, Governo.

Abstract: Every government that established itself in power, a new cultural identity had to be designed to create a link between the population and the dominant political groups. In Pernambuco, the carnival was appropriated by political elites, business groups and learned societies, as an object capable of instrumentalizing a local / national identity. In the years subsequent to 1937, the control over popular events to integrate the new proposal of the government's identity was excessive. The authorities created mechanisms for maintenance of order, making use of police apparatus, mediating organizations of popular interests and even the structure of the street toys.

Keywords: Power, Identity, Government.

Atualmente, ao se pensar em cultura pernambucana, quase de modo instantâneo, o carnaval surgirá como um de seus ícones de maior destaque. No entanto, essa imagem não pode ser percebida de forma tão naturalizada, quanto pretendem fazer parecer os atuais órgãos promotores do carnaval pernambucano, ao difundirem a representação de que aqui se pode brincar o carnaval multicultural, em que todas as tendências têm espaço e vez para se manifestarem. A associação entre o carnaval e a identidade do povo pernambucano estabeleceu-se, através de processos de assimilação e transformação da festa que, aos

poucos, mostrou-se menos uma manifestação espontânea do que um elemento de controle dos grupos políticos no poder.

Durante o curso da História da República brasileira, o festejo carnavalesco ora foi visto como prática a ser reprimida, ora como prática a ser legitimada no discurso difundido pelo regime republicano, o qual parecia querer fazer do carnaval elemento de identificação da democracia com o novo modelo político adotado pelo Brasil. Em Pernambuco, este movimento de assimilação da festa momesca pelos grupos letrados, pelos empresários da cidade e pelos políticos no poder evidenciou-se com mais força durante o curso dos regimes autoritários, quando as práticas dos grupos brincantes já tinham superado momentos de tensão e questionamento de sua ocorrência. Vejamos.

Rita de Cássia, ao se propor a estudar a passagem do entrudo para o carnaval, em Pernambuco, faz uma análise amparada no contexto político, cultural e econômico, para justificar a mudança de uma modalidade de brinquedo para outra. Em seu trabalho, o entrudo aparece como um potencial inimigo da sociedade, sendo visto como pagão, porque assemelhado aos bacanais, orgias e outras encenações celebradas entre os povos da Antiguidade, além de ser acusado de “fomentar práticas e sentimentos indecentes, excessivos e próprios da loucura.”¹ Esse pensamento era uma tendência de época e pretendia trazer aos dias, que antecedem a quaresma, um modelo de brinquedo civilizado, respaldado principalmente nas festas européias de Nice e Veneza, onde o Festejo momesco encontrava nas ruas a ordem reinante dos lares das pessoas ditas de bem. Nascia o carnaval, motivado pelo espírito dos novos tempos, em que a abolição da escravidão e o planejamento de um Estado Moderno não podia dar mais espaço para uma festa marcada por agitações e banhos de água e pó. “Era comum os jornais aconselharem as autoridades a regulamentarem os divertimentos e a discipliná-los. Recomendavam ora prudência e cautela, ora energia e rigidez no cumprimento às normas prescritas pelas posturas municipais.”²

O século XX nasceu com um carnaval animado pela batalha das flores, confetes, serpentinas, lança-perfumes em oposição ao entrudo de água e pó. Era o que Rita de Cássia Araújo chamava de entrudo civilizado “[...], sendo esta a expressão do modo de vida, da ética e da estética burguesas: era nobre, fidalgo, delicado e revelador das idéias avançadas.”³ Tal manifestação era puxada pelas elites da sociedade pernambucana que convidava a todos a uma nova forma de brincar, sob alegação de que a festa de carnaval em Pernambuco deveria dar “[...] o tom álaçre e festivo às folias de Momo, mas de um modo aristocrático e decente, de um modo compatível com os nossos foros de povo civilizado.”⁴ Não obstante, a criação de uma nova forma de brincar proposta pela elite burguesa à moda de Paris, Veneza e Nice, o carnaval das classes abastadas não encontrou nas ruas a ressonância esperada, sendo inclusive preconizada a morte do tríduo momesco, caso a festa continuasse como estava. Desta forma, o fracasso da proposta das classes abastadas em Pernambuco foi notório, de modo que o espaço destinado ao brinquedo da burguesia foi cedendo lugar ao desorganizado carnaval popular⁵, quando os clubes

¹ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. **Festas: Máscaras do tempo – entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação da cultura da cidade do Recife, 1996. P. 169.

² Idem, Ibidem. P. 225.

³ Idem, Ibidem. P. 237.

⁴ Jornal do Recife, 11 de Fevereiro de 1900.

⁵ Este carnaval popular era puxado por associações carnavalescas constituídas pelo grosso da camada popular, que era formada por assalariados, trabalhadores ocupados de atividades mecânicas e manuais, além daqueles que não tinham um trabalho fixo, sobrevivendo de “bicos”. Esta camada, apesar de a República ter prometido a inclusão de todos na sociedade, ainda, era elitista e marginalizava os menos abastados. Para ter-se uma idéia de tal assertiva, basta verificar que, só a partir de 1930, é que o sistema eleitoral é modificado dando mais possibilidade de participação popular nas decisões do país.

carnavalesco pedestres assaltavam às ruas e exibiam seu passo no meio da área públicas que deveria ser reservada somente ao carnaval burguês. Ao passo que o dito monstro popular tomava o espaço público, aumentava a presença de trabalhadores nas cenas urbanas, o que intimidava e amedrontava a elite, levando-a a abandonar o espaço público e a refugiar-se no interior de carros, divertindo-se no curso entre famílias da mesma classe social que a sua.

Este carnaval popular foi veementemente combatido pelas classes conservadoras pernambucanas. Tratava-se de uma manifestação vista como necessária à repressão, porque comprometia a ordem interna e a imagem da sociedade do Estado diante de outros grupos considerados civilizados e avançados em torno do mundo. A desordem das ruas aparentava a desordem do próprio regime e, a fim de que a imagem da sociedade pernambucana não fosse maculada, coube à polícia intervir, para controlar os violentos ânimos da população, que, comumente se viam envolvidos em violentos conflitos em decorrência do encontro de troças carnavalescas rivais. Diante desta conjuntura, a sociedade civil, ciente de que o carnaval de rua era uma prática impossível de ser extirpada dos calendários, começou um movimento recorrente na história da República de tentar conter o ânimo dos populares, a partir da criação de entidades mediadoras, que terão por fito promover o carnaval, articulando os interesses das elites, reclamantes de um espaço público ordenado, e dos grupos populares desejosos do brinquedo. Assim, em 1910, ocorreria o Primeiro Congresso Carnavalesco, no intuito de tentar garantir a realização da Festa de Carnaval sem as constantes manifestações de violência presente no folguedo do começo da República.

O congresso Carnavalesco aconteceu em 15 de Novembro, data que não foi escolhida aleatoriamente. Pretendia-se associar à representação da República a imagem do novo carnaval: mais moderno, civilizado e dentro dos ordenamentos exigidos pelos grupos sociais mais adiantados em torno do mundo, como mecanismo de construção de uma nova identidade para o Brasil, esta realizada a partir do carnaval. O congresso parecia ser o melhor meio de se chegar às camadas populares e de intervir nas manifestações do povo. Entretanto, o sonho de ver a ordem reverberada nas ruas da cidade durante o tríduo momesco não durou mais de um ano. Todavia, não se pode negar que esta iniciativa aparentemente representou o primeiro passo para a idealização e a materialização de uma instituição, cujos objetivos visassem à organização de um carnaval dirigido por interesses de um grupo político, o que só foi efetivamente consolidado em Pernambuco com a institucionalização da Federação Carnavalesca Pernambucana. Com o fim do Congresso, dissolveu-se a crença de que a paz pudesse reinar. Os conflitos durante os dias de carnaval persistiram, de modo que a ação policial intensificou-se.

Na década de 20, o carnaval do Recife era ordenado por ações estatais combinadas a práticas repressivas violentas da polícia. O fracasso da proposta de brinquedo burguês associado à continuidade de conflitos de rua durante os dias de Momo e à fragilidade do Congresso Carnavalesco aumentava o medo na população e nos grupos integrantes da elite de uma possível sublevação popular contra o poder instituído. O carnaval era visto como manifestação, cuja repressão fazia-se necessária, porque comprometia a ordem interna. O controle exercido era tanto que, para um clube, bloco, troça ou maracatu pudesse vir a participar das manifestações carnavalescas oficiais, era preciso que a polícia concedesse uma licença, mediante o atendimento de uma série de requisitos normativos ditados pela RCP (Repartição Central de Polícia), os quais buscavam identificar e catalogar os integrantes dos grupos de carnaval como forma de, em conhecendo, melhor poder controlá-los. Em 1927, por exemplo, o esquema montado pela polícia teria feito do carnaval um espetáculo sem maiores alegrias, em virtude do excesso de coerção implicado pelo efetivo preventivo do Estado. Foram dias de tristeza para o carnaval, mas, também, foram dias, em que as autoridades viram o grande potencial que a festa momesca tinha para manutenção da

Ordem no Estado. Os anos loucos, ao trazerem a discussão sobre o que seria o Brasil e qual o sentido de ser brasileiro, permitiram o fomento de movimentos culturais que proporcionaram a discussão sobre o país que pretendia deixar de ser visto como Europa Tropical. A questão da identidade Nacional tornou-se um dos principais focos dos trabalhos de intelectuais da época, dando continuidade ao movimento que já se tinha sido começado desde o final do século XIX.

O que era ser brasileiro? Qual era o sentido de ser Pernambucano? Identificada a necessidade de entender o que o Estado de Pernambuco e o Brasil representavam para o país e, conseqüentemente, para o mundo, a identidade tornou-se um projeto a ser trabalhado pelo poder político. No curso da história, a identidade teve várias facetas, porque cada novo Estado que se estabeleceu no poder, plasmou um novo jogo de relações políticas, de modo que se pode dizer existir uma história própria das identidades, a partir da qual, ou pela qual se pode entender o espírito de uma época, de uma população, de um governo e mesmo de uma festa. A construção da identidade, portanto, não passa somente pela análise da esfera cultural, estando respaldada também na política, porque são políticos os agentes que idealizam a identidade de um povo. Para tanto, a fim de alcançar o particular, criando elementos de identificação do indivíduo com valores coletivos, políticos e intelectuais, que funcionavam como mediadores do poder central com os particulares, tentaram interpretar aquilo que um e outro tinham a oferecer para construção de uma identidade nacional. Desta forma, articulou-se um trabalho de apropriação da cultura popular como forma de trazer para perto do Estado e do seu planejamento de identidade Nacional os elementos mais distantes da esfera do poder central. Por isso, no curso dos anos, pode-se verificar a associação da cultura popular com a identidade nacional. Neste sentido, o carnaval em Pernambuco foi identificado como elemento a ser apropriado pela elite política do Estado a fim de que se criasse um vínculo de solidariedade entre o poder central e o povo, de modo a tentar conformar os ânimos populares a um dado projeto político em que a ordem fosse precípua. Aos poucos, a repressão ao carnaval precisou deixar de ser meramente policialesca e tornou-se racionalizada no sentido de cooptar o carnaval para o atendimento dos interesses do Estado. O governo passou a tentar constituir e controlar uma identidade, cujo projeto, no curso dos anos, foi configurado à mercê de um pequeno grupo que universalizou, a partir da seleção do que lhes conveio o que deveria ser perseguido e, mesmo extirpado do cotidiano das pessoas, do que devia ser legitimado.

Os anos de 1930 foram aparentemente marcados por incertezas políticas e econômicas. Até então, o carnaval era financiado, a partir da iniciativa dos próprios brincantes, os quais iam ao comércio buscar investimentos para realização do festejo. Em troca, os brincantes ofereciam aos financiadores do carnaval de rua, o possível aumento da lucratividade dos estabelecimentos comerciais que colaborassem com a festa. Isso, porque as ruas onde as lojas estivessem situadas passariam a integrar o roteiro do desfile dos blocos. Contudo, a continuidade dos conflitos entre agremiações carnavalescas ainda que, com excessivo controle policial; a identificação da relevância que o carnaval promovido com financiamento do Estado poderia ter para manutenção da ordem associado à percepção de grupos comerciantes locais de que a festa aumentava a lucratividade fomentaram a necessidade de manter o carnaval sob controle. Surgiram novas propostas de entidades para ordenar os eventos momescos. Em 1932, por exemplo, os dirigentes dos principais clubes, troças, blocos e maracatus, reuniram-se para discutir propostas para construção de um carnaval de paz. O evento ficou conhecido como Liga Carnavalesca e seus reflexos não produziram os efeitos desejados, tanto que as discussões e propostas para um novo carnaval continuaram a ser veiculadas pela imprensa e por grupos políticos diversos. Em meio a essa discussão – sobre como o carnaval deveria ser realizado – surgiu em 1934, no Jornal do Recife, uma carta de um popular defendendo a criação de uma Federação

Carnavalesca para organizar o carnaval, dando-lhe um aspecto ordeiro e digno das principais civilizações ocidentais.

Em Janeiro de 1935, a maioria dos jornais do Recife divulgava a criação de uma estrutura centralizada, a fim de dinamizar a organização do carnaval. Nascia a Federação Carnavalesca Pernambucana, cuja diretoria seria eleita em Assembléia realizada com a participação de personalidades do carnaval pernambucano. Na ocasião foi dito “[...] que o carnaval de Recife tinha uma originalidade que era preciso conservar, mas ao mesmo tempo, era conveniente com que Pernambuco se tornasse centro de turismo.”⁶ O carnaval tomou ares de um excelente negócio para o Estado e, não somente, de um problema social em potencial. O carnaval organizado pela FCP buscou ao máximo enquadrar-se dentro da lógica do Estado vigente, em que os grupos Getulistas dominavam o poder, entretanto não se pode dizer que a entidade foi desde o início apoiada pelo Estado, apesar de haver certa simpatia entre o governador do Estado, Carlos de Lima Cavalcanti e a instituição. A cada carnaval realizado pela FCP, mais se aproximava a entidade do projeto político de então. O intuito dos dirigentes da entidade recém-criada era o de realçar para o governo a relevância da instituição e sua utilidade pública para a sociedade recifense, de modo tal que viesse a ser subvencionada pelos cofres públicos, já que o carnaval promovido pela entidade estava adequado aos moldes dos novos tempos. Colocando-se como única entidade responsável de coibir manifestações de violência nas ruas durante os dias de carnaval, a FCP apropriou-se dos medos dos grupos políticos no poder e soube usá-los em seu favor. Se havia o medo da ameaça comunista que circulava na sociedade, a entidade prometia ser um centro de civismo, que educaria a população contra o “mal vermelho”; se o medo era de conflito entre as agremiações rivais nos dias de carnaval, a Federação se propunha a unificar todos os amores aos grupos de carnaval, em torno de uma mesma entidade que protegeria todos os seus integrantes, ao passo, que resguardava a paz nos dias de Momo; se o medo era o de não se ter como solidificar um sentimento de unidade local em torno de um projeto nacional, a Federação prometia fazê-lo e o carnaval seria seu grande mote.

Os anos foram passando e a complexidade política do país, resultado do jogo de interesses de alguns, resultou na outorga da Ditadura Vargasista que buscou de todas as formas e meios realçar a relevância do movimento revolucionário de 1930, o que pareceu ter sido esquecido por alguns líderes do movimento que até então tinham estado no poder. A partir de então, o antigo governador de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti foi substituído por Agamenon Magalhães, homem de confiança do presidente. A nova interventoria teve sua atuação compreendida entre os anos de 1937 e 1945 e suas propostas políticas alçavam-se das articulações fixadas entre facções estratégicas de poder: a Igreja – por associação, principalmente com a Congregação Mariana – a educação, de modo estabilizar a ação do governo de Agamenon e, ainda, a Federação Carnavalesca Pernambucana. Essa ação centralizada, mas dividida em fragmentos constituiu-se em um dos mecanismos de controle do Estado.

Apesar de a Federação ter sido criada ainda durante o governo de Carlos de Lima Cavalcanti, sua atuação foi cooptada pelo Estado Novo, de modo que Agamenon Magalhães tentaria articular apoio à Federação a fim de exercer um controle maior sobre as práticas culturais dos populares pernambucanos. Esse controle foi expresso pela Federação através de um estatuto e da legitimação da entidade como um órgão oficial da organização dos festejos carnavalescos pelo Estado, tanto que por decreto-lei, o interventor determinou que, somente por intermédio da FCP, poderiam os grupos interessados em tomar parte no carnaval de rua, requerem a licença da polícia. A Federação Carnavalesca integrou-se ao

⁶ Jornal do Recife. 5 de Janeiro de 1935, F11.

governo funcionando organicamente como um dos seus mecanismos de mediação com as camadas populares.

Durante os anos do Estado Novo, o carnaval de Pernambuco pelos olhos da Federação tornou-se de utilidade Pública, deixando de ser mero entretenimento para assumir um papel preponderante no desenvolvimento econômico local e na concepção de propostas de identidade local/nacional. O projeto de carnaval recifense rompeu as fronteiras do Estado e serviu de inspiração para outras regiões. A base do Estado Novo que fora a de articular as regiões em torno de um projeto Nacional de Identidade alcançou pela ação Agamenônica e da FCP em Pernambuco sua forma aparentemente mais harmoniosa.

Contudo, o fim do regime Vargas, levou consigo a falência de suas propostas políticas, afetando inclusive o carnaval. Os anos da ditadura silenciaram as críticas à entidade, mas a liberdade, paulatinamente, retomada nos meios de comunicação revelou a ambigüidade da instituição. O poder da FCP deixou de ser absoluto e o carnaval tornou-se um espaço de disputas entre duas propostas políticas diferentes: de um lado os Getulistas e os adeptos da Federação e do outro os inimigos da revolução, idealizadores de um carnaval de liberdade, livre das restrições impostas pela entidade. Neste cenário a Associação dos Cronistas Carnavalescos despontou como símbolo dos novos tempos, e o carnaval deixou de ser obra da FCP passando a ser arregimentado pelo Estado e, mais tarde, pelo município.

Até os anos cinquenta, foi a Federação Carnavalesca Pernambucana a responsável pela organização do Carnaval em Recife, quando o prefeito Djair Brindeiro sancionou a lei 3.346 de 7 de Junho, reservando a organização do evento ao Departamento de Documentação e Cultura. A nova lei revestia-se da defesa das “tradições”, prevendo ajuda financeira as organizações carnavalescas. Os recursos seriam dotados no orçamento, devendo a soma ser dividida entre agremiações carnavalescas, iluminação, divulgação, propaganda e animação das festas carnavalescas. Já no ano seguinte, a lei supracitada foi regulamentada pelo prefeito Pelópidas de Silveira, o qual estabeleceu o percentual a ser concedido para cada categoria de agremiação carnavalesca e definiu uma comissão supervisora da organização do carnaval pernambucano, formada por três vereadores, um representante da FCP, outro da Associação dos Cronistas Carnavalescos e dois membros a serem escolhidos pelo prefeito, todos sob orientação do Diretor Departamento de Documentação e cultura. A instauração de um novo governo fez necessária a constituição de uma nova identidade e, neste sentido, uma permanência: o carnaval em Pernambuco continuou sendo o articulador de identificação entre o povo e o Estado. Se durante o Estado Novo a seleção daquilo que podia ou não ser feito, das condutas que eram, ou não, admissíveis, a fim de se criar uma identidade, pretendeu aproveitar-se do regionalismo para extrair de cada região aquilo que se pudesse somar ao todo, a fim de se criar uma proposta nacional de identidade, com o golpe militar a questão mudou de foco. universalização, ainda que houvesse fortalecimento das identidades regionais, essas estariam ligadas à identidade nacional proposta pelo Estado. Com o Golpe Militar, tem-se a necessidade de reinterpretação das categorias de nacional e popular, e paulatinamente, desenvolve-se uma nova política cultural que buscará a construção de uma identidade brasileira adaptada a nova realidade.

A partir de 1964 tem-se a necessidade de reinterpretação das categorias de nacional e popular. Paulatinamente, desenvolve-se uma nova política cultural que buscará a construção de uma identidade brasileira adaptada a nova realidade, de modo que se definirão novas políticas culturais tendo por base a conjuntura política e econômica pela qual passava o país. Neste ínterim a racionalização das políticas culturais é evidenciada passando a ser margeada pela própria estrutura do Sistema Capitalista brasileiro. As orientações oriundas do setor econômico e político passam, pouco a pouco, a serem

adotadas para todas as áreas de atuação do governo, de modo que de 64 a 80 há expansão da produção e consumo de bens culturais. À medida que o Sistema Capitalista foi se desenvolvendo, aumentou o espaço para significação econômica dos símbolos da cultura. Em se tratando do carnaval Pernambucano, durante o primeiro governo do prefeito Augusto Lucena sancionou-se a lei 9.355 de 14 de Dezembro de 1964, através da qual se constituiu a Comissão Organizadora do Carnaval, integrada por representantes da Câmara Municipal, da Federação Carnavalesca, da Associação de Cronistas Carnavalescos, Associação Comercial, Federação das Indústrias, Governo do Estado e mais quatro pessoas escolhidas livremente pelo prefeito, sob a orientação do Secretário de Educação e Cultura. A nova lei valorizava o carnaval espetáculo e visava inserir o carnaval pernambucano dentro da lógica do Regime Militar e do Sistema Capitalista. Em 1972, a lei que regulava o carnaval recifense sofreu alterações pela lei 10.537 de 14 de Setembro de 1972, a qual determinava que o carnaval deixasse de ser arregimentado pelo COC e passasse para o direcionamento da Comissão Promotora do Carnaval (CPC), vinculada à empresa Metropolitana de Turismo – EMETUR. Esta comissão não trouxe nenhuma grande novidade ao evento, pelo contrario, provocou grandes protestos pelo retrocesso de sua organização ao proporcionar a invasão dos valores cariocas e baianos no carnaval recifense. Contudo, a submissão da festa a EMETUR é reveladora no sentido de realçar a economia que girava em torno do evento, o que já parecia pacífico entre todos que brincava e organizavam o carnaval. O “carnaval participação” era sepultado e o “espetáculo” ganhava as ruas da cidade. À medida que o Sistema Capitalista foi se desenvolvendo aumentou o espaço para significação econômica dos símbolos da cultura, de modo que, se nos anos 30 as produções culturais foram de cunho regionalista, a partir de 64, com a complexização das redes de comunicação e a difusão da produção cultural, passou-se a perceber questão numa dimensão nacional, porque capaz de atingir um numero maior de consumidores. O carnaval pernambucano, cuja propaganda alcançou espaço em outros Estados, deixou de ser difundido por todo país como produto da cultura local, como se fez durante o Estado Novo, passando a ser o reflexo da cultura nacional não somente em razão do valor político que representava, mas também pelo valor econômico da festa enquanto representante do país no exterior.

Em 1975, é elaborado o plano nacional de cultura, o que representará as diretrizes para o desenvolvimento das políticas culturais desenvolvidas pelo Estado Brasileiro a partir de então. O que fizeram os elaboradores deste plano foi colocar no papel o que já estava sendo realizado sem planejamento material. As políticas culturais pretendiam criar uma aproximação entre o Estado autoritário e as camadas médias, que serão o alicerce da manutenção do regime militar pós-64. Por isso, era preciso criar formas de amainar tensões de insatisfação e de erigir uma base sólida de apoio. Desta forma, o Estado incentivou a cultura do carnaval como meio de integração, contudo sempre observada pelo controle do aparelho Estatal. Seu sucesso, ou, insucesso seria responsabilidade do grupo político no poder e não mais de uma instituição cujas diretrizes estavam coadunadas a do Estado controlador.

Referências

- ALMEIDA, Maria das Graças Andrade. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: História Social – USP, 2001.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. **Festas: Máscaras do tempo – entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação da cultura da cidade do Recife, 1996.
- ARRAIS, Raimundo. **Recife, culturas e confrontos**. Natal: EDUFRN, 1998.

- BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna: Europa 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecoss da Folia – Uma história social do carnaval**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1999.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro. Vozes, 1996
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HEERS, Jacques. **Festas de loucos e carnavais**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.
- HOBSBAWM, Eric. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo. Brasiliense, 2001.
- PERNAMBUCO, João de (pseud. De Leonardo Dantas). **Pequena História Social do Carnaval do Recife**. Recife: Ed. Do Autor, 1998.
- QUEIROZ, Maria Isaura de Queiroz. **Carnaval Brasileiro: O vivido e o mito**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- REAL, Katarina. **O folclore no carnaval do Recife**. Recife: Massangana, 1990.
- RODRIGUES, Marly. **O Brasil na década de 1920: os anos que mudaram tudo**. São Paulo: Ática, 1997.
- SOIHET, Rachel. **Subversão pelo riso**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.